



2738035

08004.000187/2016-99

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA****Nota Técnica nº 14/2016/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE****PROCESSO Nº 08004.000187/2016-99****INTERESSADO: CGL/SPOA, SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROTOCOLO / ENTRADA)****1. TÓPICO**

1.1. Versa o expediente sobre o encaminhamento de Pedidos de Esclarecimentos 2738033 acerca da Tomada de Preços nº 01/2016.

**2. RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

2.1. Este expediente visa esclarecer o questionamento tempestivo, realizado a esta Coordenação de Procedimentos Licitatórios, no dia 02/08/2016.

2.2. Segue o teor do questionamento:

*"1-O edital no item 7.3.3.6. pede uma declaração CONFORME MODELO constante do anexo XX que não foi disponibilizado, diante disso, solicitamos orientação quanto ao cumprimento de tal exigência editalícia.*

*2- O item 7.3.3.6.2." Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas" nos parece confuso, pois, pode-se tratar de compromissos assumidos em 2016 a serem comparados com dados do Balanço de 2015. Solicitamos esclarecimentos, pois, para o objeto da licitação, bem como para o valor envolvido, estas exigências econômico-financeiras não são usuais, além de confusas."*

2.3. Inicialmente, em resposta ao pedido de esclarecimento formulado, cabe mencionar que o Edital fundamenta-se pela Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MPOG, que versa sobre a contratação de serviços continuados ou não, dentre outras, conforme se depreende do item 3.2 do Anexo I (Fundamentação Legal).

2.4. Assim, convém mencionar que o art. 19, XXIV, da mencionada Instrução Normativa contém disposições prevendo condições de habilitação econômico-financeira conforme se verifica abaixo:

**DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

*"Art. 19. Os instrumentos convocatórios devem conter o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, quando couber:*

(...)

*XXIV - disposição prevendo condições de habilitação econômico-financeira nos seguintes termos: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)***

*a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um); **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)***

*b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificada conforme redação publicada na página 840 da Seção 1 do DOU nº 252, de 30 de dezembro de 2013)***

*c) comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta; **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 e retificada conforme redação publicada na página 840 da Seção 1 do DOU nº 252, de 30 de dezembro de 2013)***

*d) declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VIII, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c”, observados os seguintes requisitos: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)***

*1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)***

*2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas; e **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)***

*e) certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)***

2.5. Continuando, verifica-se do questionamento de número 1 que o Edital não trouxe consigo o “Anexo XX”, conforme alegado. Cabe mencionar que o citado modelo da relação de compromissos assumidos também pode ser encontrado no ANEXO VIII da Instrução Normativa 02/2008-SLTI/MPOG, que ainda encontra-se vigente para fins de contratação de prestação de serviços continuados ou não.

2.6. No entanto, cabe informar que o Modelo citado será inserido junto ao sítio do Ministério da Justiça e Cidadania, no endereço constante em Edital, e será também endereçado a todos os demais interessados.

2.7. No que tange ao questionamento de número 2, informamos que trata-se de exigência prevista na IN nº 02/2008 vigente. A exigência tem por objetivo aferir se a licitante terá capacidade de efetuar os pagamentos, por pelo menos dois meses, em razão dos custos incorridos no contrato, especialmente de mão de obra, obrigações previdenciárias, demais encargos trabalhistas, insumos, materiais, dentre outros.

2.8. Isso se dá pelo fato de a Administração somente efetuar o pagamento da fatura após a prestação dos serviços, conforme cláusula presente no Item 19 do Edital.

2.9. Em tempo, cabe mencionar que a Instrução Normativa nº 2/2008-SLTI/MPOG também traz a fórmula de forma exemplificativa, para fins de atendimento ao disposto no já mencionado art. 19, inciso XXIV, conforme transcrição abaixo:

***FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 19, INCISO XXIV, ALÍNEA D, ITENS 1 E 2, DA IN Nº 2/2008, ALTERADA PELA IN Nº 6/2013.***

*a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.*

*Fórmula de cálculo:*

*Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1*

*Valor total dos contratos*

*Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).*

*b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE - e a declaração apresentada seja superior a 10% (dez por cento) para mais ou para menos em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.*

*Fórmula de cálculo:*

*(Valor da Receita Bruta – Valor total dos Contratos) x 100 =*

*Valor da Receita Bruta*

2.10. Segue documento anexo a este expediente, constando Modelo de Contratos Firmados (SEI 2738061).

2.11. É a resposta.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO DE OLIVEIRA DA ROSA**, Presidente da Comissão Especial de Licitação, em 02/08/2016, às 19:34, conforme o § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/01.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **2738035** e o código CRC **CF9C35FB**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

---

**Referência:** Processo nº 08004.000187/2016-99

SEI nº 2738035